



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14708 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 19 - Educação Matemática e Educação em Ciências

ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA E ESTUDANTES DE COLETIVOS DIVERSOS: A FORMAÇÃO DOCENTE EM FOCO

Suema Souza Araujo - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Lygianne Batista Vieira - UnB - Universidade de Brasília

Agência e/ou Instituição Financiadora: FapDF

**ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA E ESTUDANTES DE COLETIVOS DIVERSOS:
A FORMAÇÃO DOCENTE EM FOCO**

Esse resumo apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em Educação em andamento que tem como foco a Alfabetização Matemática, a formação docente e a inclusão dos coletivos diversos em sala de aula. A sala de aula é composta por alunos/as de coletivos diversos e por aqueles com Necessidades Educativa Específicas (NEE), diante disso, esta pesquisa investiga os desafios enfrentados pelas professoras alfabetizadoras no ensino da Matemática para estudantes diversos e analisa os cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) nos últimos dez anos (2014-2023). Nesse contexto, tem como objetivo geral refletir sobre os desafios acerca da formação continuada de professoras alfabetizadoras no que versa o ensino de Matemática diante de estudantes de coletivos diversos. Em relação a metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, realizada por meio de análise documental. Após estudo, identificamos 18 cursos ofertados pela SEEDF por meio da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (Eape) que foram organizados em quatro categorias: i) Diversidade e inclusão; ii) Jogos pedagógicos; iii) Resolução de problemas; iv) Contextualização e aprendizagem significativa. Defendemos, nesse estudo, que a formação continuada deve ser intrínseca à função docente e deve abordar a diversidade, pois exige acompanhar as mudanças em sociedade que são refletidas no exercício da profissão. Assim, a alfabetização matemática e a

inclusão são básicas na estrutura do trabalho docente, pois só assim crianças com deficiência, TEA, altas habilidades, superdotação, além de outros coletivos, terão seus direitos de aprendizagem respeitados. Preliminarmente, os estudos mostram que as dificuldades enfrentadas pelas professoras alfabetizadoras são diversas, envolve lidar com as particularidades de cada indivíduo, especialmente quando ela/ele pertence a grupos distintos que devem ser considerados em seu processo de ensino-aprendizagem; compreender as dificuldades dos alunos e alunas com necessidades específicas em Matemática; efetivas políticas públicas educacionais voltadas para a formação matemática inclusiva; ter uma formação inicial e continuada que dê condições de atuar com os coletivos diversos; falta de metodologias adequadas e acessíveis; trabalho descontextualizado da realidade discente; implementação efetiva do trabalho coletivo nas escolas. Diante de tantos desafios, é necessária uma formação continuada dinâmica que prepare pedagogas a ensinarem Matemática e atenderem às novas gerações que demandam profissionais com novas linguagens, estratégias e metodologias. Em relação aos avanços legislativos que buscam atender aos coletivos diversos que chegam à sala de aula, tem-se o desafio de oferecer cursos de formação continuada que preparem os/as professores/as para o atendimento adequado a todos os alunos e alunas, especialmente na área de Matemática. Com isso, pontuamos que a SEEDF, tem demonstrado um esforço no sentido de contemplar, tanto na escola de formação, quanto nas escolas, os espaços formativos para os/as professores/as, mas ainda insuficiente. Os resultados indicam lacunas significativas nas políticas públicas de formação continuada de professores/as da rede pública do Distrito Federal. A quantidade de vagas oferecidas não atende à demanda docente. A SEEDF, de acordo com as informações do censo 2022, tem cerca de 24.000 professores em exercício e no ano de 2024, 912 escolas em funcionamento e quase 465.000 alunos (Distrito Federal, 2024). De acordo com as informações captadas da Eape foram ofertados, em média, 1.058 vagas nos cursos de formação em matemática nos últimos 11 anos. Desta forma, consideramos desproporcional o número de vagas para atender a demanda da rede, uma vez que todas estas escolas, como prevê a Lei nº 3.218/03 (Distrito Federal, 2003) são inclusivas, assim entendemos que todos os professores da rede deveriam ser contemplados com essa formação, os quais devem atender aos coletivos diversos e suas respectivas necessidades educativas.

Palavras-chave: alfabetização matemática; coletivos diversos; formação de professores; inclusão; diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Censo DF Escolar dados educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**. Brasília: SEEDF, [2024]. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/bi.php>. Acesso em: 20 abr. 2024.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a universalização da educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. 2003. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/51165/Lei_3218_05_11_2003.html. Acesso em: 20 abr. 2024.